

Qual reforma política se quer?



Marengo (microfone), Konrad e Schmitt: reforma política e economia analisadas

Na noite do dia 22 de novembro, o I Colóquio sobre comportamento e instituições políticas, com uma análise das eleições e perspectivas do novo governo teve direito a uma aula do professor André Marengo, do curso de pós-graduação em Ciência Política da UFRGS no que se refere ao tema "reforma política". Como um estudioso dos partidos políticos e sistemas eleitorais, Marengo esmiuçou as probabilidades de mudanças na estrutura política do país e demonstrou ceticismo quanto a transformações profundas, que significariam, por exemplo, a implementação do vo-

to distrital. Compartilha dessa tese, a de que não haverá grandes mudanças no que se refere a uma reforma política, o outro expositor do Colóquio da quarta, 22, o ex-professor da USP, cientista político Rogério Schmitt, que atualmente é consultor de uma empresa de São Paulo chamada "Tendências Consultoria Integrada", que tem em sua estrutura nomes como o do economista e ex-ministro da Fazenda do governo Sarney, Mailson da Nóbrega.

André Marengo fez considerações pormenorizadas em relação aos aspectos

que têm sido ventilados sobre a reforma política, que incluem, por exemplo, a implantação de um sistema eleitoral com listas de candidatos ao Legislativo fechadas, ou seja, em que o eleitor vota no partido que, por sua vez, é quem define os parlamentares que irão compor o parlamento. O cientista político da UFRGS avaliou com base em diversos autores, que na maioria dos países das chamadas democracias com sistema de representação proporcional, a questão da lista fechada ou da lista aberta (como é o caso do Brasil), pouca diferença apresenta em relação à consolidação de um sistema democrático mais eficiente. Segundo ele, o financiamento público de campanha também não deve ser visto como uma panacéia para todos os males da corrupção. Marengo defende sim, regras mais claras em relação ao financiamento privado das campanhas políticas, com maior transparência. Também sugere uma redução do período de propaganda eleitoral, o que poderia atenuar os custos de confecção dos programas.

"PT FRACO"- O analista da Tendências Consultoria Integrada, de São Paulo, Rogério Schmitt, avalia que o "PT saiu enfraquecido do processo eleitoral". Ele justifica essa afirmação com dados de pleitos anteriores em que, o partido do governo, sempre aumentava a sua bancada quando detentor da Presidência da República. O cientista político debita

a redução na bancada petista à crise política ocorrida principalmente em 2005 a partir das denúncias de corrupção. Apesar de o número de parlamentares eleitos pelo PT ter sido próximo ao obtido em 2002, ele destaca que na quantidade de votos houve uma redução: de 16 milhões de votos em 2002 para algo em torno de 13 milhões de votos em 2006. Entretanto, ele não considera que isso gerará um clima de ingovernabilidade à segunda gestão de Lula, ou seja, não será um governo "paralisado".

Analisando os números de cada partido e observando a possibilidade de coalizão partidária que vem sendo construída para a sustentação do governo Lula, Schmitt avalia que existe maioria governamental para a aprovação de projetos de lei e medidas provisórias. Entretanto, essa maioria é relativa e, no caso de emendas constitucionais, em que o governo necessita de 3/5 dos votos parlamentares, aí o governo Lula terá que fazer negociações com a oposição.

Sobre a política econômica, Schmitt entende que Lula dá mostras de que "nada mudará", ou seja, de que continuará a ter um controle fiscal, com ênfase nas políticas sociais. Ele destaca que, apesar das reclamações de que o crescimento econômico do Brasil é baixo (de 2% a 3% ao ano), para os mais pobres esse percentual alcança cerca de 12% ao ano. O cientista político destaca que no mundo inteiro as pessoas votam num determinado candidato a partir da percepção de que sua vida melhorou.

O dilema do PT

Na última noite de Colóquio, dia 23 de novembro, os dois palestrantes fizeram uma análise da relação do governo Lula e o PT. Para o cientista político do Instituto Universitário de Pesquisas do RJ, Jairo Nicolau, o PT encontra-se num dilema: o partido faz a sua "refundação", corrigindo uma série de erros que levaram aos escândalos de 2005/2006, ou o futuro deste é incerto. Não exatamente da mesma forma, mas a professora de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, Fátima Anastasia, considerou inquietante o desempenho do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2006. Segundo ela, desde 1990 o partido vinha numa ascensão em número de votos e no número de cadeiras no parlamento, tanto que em 2002 o PT elegeu a maior bancada da Câmara. Já na última eleição, o Partido dos Trabalhadores, apesar de ter recebido o maior número de votos entre todos os demais, não conseguiu eleger a maior bancada na Câmara, posição alcançada pelo PMDB.

Caso o PT mantivesse o crescimento de pleitos anteriores, a professora da UFMG calcula que o partido teria que ter alcançado em torno de 100 cadeiras na Câmara, porém, elegeu 82. Mesmo assim, diante da crise enfrentada do ano passado para cá, ela não considera um mau desempenho, lembrando, por exemplo, que o número de governadores petistas cresceu. Para Fátima, levando-se em conta a idéia de que através das urnas os eleitores sempre mandam um recado, ela avalia que no caso do PT o recado é de que a população decidiu reeleger Lula, mas não priorizou o crescimento do partido do presidente. A cientista política, contudo, faz uma observação importante, a de que existiria no país o que alguns autores qualificam como disjunção partidário-eleitoral, ou seja, nem sempre a intenção do eleitor se reflete no resultado eleitoral devido a algumas distorções. Isso ocorreria, segundo ela, em função da sub-representação de São Paulo, por exemplo, e da sobre-representação de alguns estados menores como Acre, Amapá, Roraima, Rondônia.

ANÁLISE - Em sua exposição, o professor de Ciência Política, Jairo Nicolau, defendeu a idéia de que o fato de ter havido segundo turno no pleito presidencial foi bom para o país e para o próprio presidente Lula. O primeiro turno, devido a uma série de fatores, mas em especial pelo escândalo do dossiê contra os tucanos, finalizou com um país dividido, o que, se mantido, causaria conseqüências muito ruins. Entretanto, no segundo turno, o presidente Lula conseguiu, conforme a análise do especialista, posicionar o candidato Alckmin na direita levantando o tema das privatizações e assim



Jairo Nicolau: PT deve "refundar-se"



Fatima Anastasia: o recado das urnas

melhorando bastante o desempenho, alcançando uma vitória incontestável. Nicolau frisa que não foi Lula que se posicionou à esquerda, mas o marketing de campanha do petista que conseguiu levar Alckmin para a direita. Dentre as questões que ainda não se conseguiu explicar, conforme Nicolau, é o mistério de Geraldo Alckmin ter obtido menos votos no segundo turno do que no primeiro.

Uma das importantes contribuições do cientista político do IUPERJ no Colóquio de Santa Maria se refere à avaliação sobre a cláusula de barreira, que ele chama de "cláusula de desempenho" ou, ainda, cláusula de 5%, percentual de votos que os partidos necessitavam alcançar nas últimas eleições para continuarem atuantes no parlamento. Para ele, não há fundamentação legal para tirar direitos dos parlamentares eleitos, mesmo nos chamados partidos pequenos. Se a regra antes da eleição era de que os eleitores podiam votar nos candidatos dos partidos, "cassar" esse direito após as eleições representa, no entendimento dele, "um casuísmo". A interpretação de que os deputados eleitos não terão uma série de direitos dentro do parlamento não se sustenta, segundo Nicolau. Ele diz ter verificado a legislação e em nenhum momento isso está prescrito. Por isso, o casuísmo, ou seja, interpretações feitas após as eleições. Ele compara, por exemplo, o sistema eleitoral alemão, em que a lei prevê que um partido que não alcançar um determinado percentual de votos perde direito a ter representação. Segundo ele, isto sim é "cláusula de barreira". O que foi feito no Brasil, no entendimento dele, é a criação de "constrangimentos" para os partidos, obrigando-os a realizar fusões "esdrúxulas".